



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

PLANO DE REGULARIZAÇÃO FISCAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

PREÂMBULO

A **UNIÃO**, representada nesse ato pelos Procuradores da Fazenda Nacional subscritores, habilitados nos termos do art. 131 da Constituição da República e da Lei Complementar nº 73/1993, doravante denominada “**FAZENDA NACIONAL**”, e a pessoa jurídica abaixo qualificada, doravante denominada “**DEVEDORA**”:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 25.648.387/0001-18, com sede na Rua João Naves de Ávila, nº 2.121, Santa Mônica, Uberlândia/MG, CEP 38.408-144, representada por seu Reitor, o **Dr. Valder Steffen Junior**, [REDACTED], e pela Procuradoria-Geral Federal, na pessoa da sra. Procuradora Federal, Dra. Bianca Duarte Teixeira Lobato, [REDACTED].

Todos, neste ato representados por seus representantes legais e Procuradores.

CONSIDERANDO que a legislação estimula a solução consensual de conflitos (CPC, art. 3º, §2º) e que as partes devem agir com boa-fé, cooperando mutuamente para chegarem a essa solução;

CONSIDERANDO que a Constituição da República assegura a todos a razoável duração do processo e os meios que garantam celeridade em sua tramitação (CR, art. 5º, LXXVIII);



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

CONSIDERANDO que dentre os princípios regentes da Administração Pública está a eficiência (CR, art. 37, *caput*);

CONSIDERANDO a aderência da proposta apresentada à atual situação econômico-fiscal do devedor e suas projeções de orçamento, que se mostram suficientes para o equacionamento de sua dívida;

FIRMAM o presente **TERMO DE TRANSAÇÃO INDIVIDUAL** com fundamento no art. 171 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional - CTN), na Lei nº 13.988/2020 e na Portaria PGFN nº 6.757/2022, arquivado no processo SEI nº 10695.101795/2022-79/2022-79, que tem como objeto os débitos relacionados no ANEXO deste documento, por meio do qual justo e acertado o disposto a seguir:

OBJETO

CLÁUSULA 1ª. A presente transação objetiva o equacionamento de débitos inscritos em dívida ativa da União em nome da DEVEDORA, de forma a equilibrar os seus interesses e os da UNIÃO, visando obstar o início de litígios judiciais e viabilizar a quitação integral dos referidos débitos, observadas as previsões descritas neste instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO. A transação versará, exclusivamente, sobre o plano de amortização dos débitos fiscais inscritos em Dívida Ativa da União, de responsabilidade da DEVEDORA.

CLÁUSULA 2ª. O passivo fiscal da DEVEDORA inscrito em dívida ativa da União, não abrangendo eventuais débitos do FGTS, é composto por todos os créditos tributários relacionados no ANEXO I, totalizando R\$ 125.301.646,86 (cento e vinte e cinco milhões, trezentos e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e seis centavos) atualizados para o mês de dezembro de 2022.

CLÁUSULA 3ª. Estão incluídos nesta transação todos os débitos da DEVEDORA inscritos na dívida ativa da União na data da celebração do presente, não se havendo de falar em prestação de garantia ante a indisponibilidade de seus bens.

PARÁGRAFO ÚNICO. O cálculo da capacidade de pagamento, baliza do plano de amortização, está descrito e se fundamenta no despacho 27691746 do processo SEI 10695.101795/2022-79.

OBRIGAÇÕES DA DEVEDORA



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

CLÁUSULA 4ª. A DEVEDORA aceita as condições da presente transação e assume os seguintes compromissos e obrigações:

I – confessa, de forma irrevogável e irretratável, os débitos relacionados no ANEXO I , renovada a confissão a cada pagamento periódico;
II – renuncia expressamente a quaisquer alegações de direito e questionamentos, pelas vias administrativas e judicial, dos débitos relacionados no ANEXO I ;
III – assume o compromisso de manter a regularidade das obrigações de FGTS e tributárias federais correntes, vencidas a partir da data da assinatura da transação, inclusive as retenções legais, na condição de responsável tributário;
IV – obriga-se a garantir ou a parcelar os novos débitos inscritos em dívida ativa após a assinatura da transação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, o mesmo se aplicando a eventuais novos débitos de FGTS, os quais deverão ser quitados ou parcelados junto à Caixa Econômica Federal, no mesmo prazo retromencionado;
V – assume a obrigação de inserir, nas propostas de orçamento encaminhadas ao Ministério de Educação, ou quem suas vezes fizer, os valores necessários ao cumprimento do presente acordo, de modo a manter a vinculação dos valores orçamentários disponibilizados;
VI – obriga-se a fornecer, sempre que solicitado, informações sobre bens, direitos, valores, transações, operações e demais atos que permitam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional conhecer sua situação econômica ou eventuais fatos que impliquem a rescisão do acordo;
VII – obriga-se a efetuar tempestivamente os pagamentos referentes às amortizações mensais e anuais acordadas na transação;
VIII – obriga-se a não utilizar a transação de forma abusiva ou com a finalidade de limitar, falsear ou prejudicar de qualquer forma a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica, relativamente às atividades em que assim se insiram;
IX – declara que não agirá com o propósito de frustrar a recuperação dos créditos inscritos;
X – declara que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos, valores e receitas ou transferências vinculadas ou destinadas a despesas obrigatórias.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

§1º. A confissão do inciso I produz os efeitos do art. 174, parágrafo único, IV, do Código Tributário Nacional, c/c Art. 202, VI do Código Civil com relação aos créditos não tributários, servindo para interromper e suspender o prazo prescricional em relação a todos os débitos objeto do acordo, enquanto vigente a presente transação, renovando-se a cada pagamento efetuado, ainda que a guia de arrecadação esteja vinculada a apenas uma das inscrições.

§2º. A celebração da transação não implica em renúncia de direito por parte da União na indicação de outros responsáveis tributários para responderem pelos débitos do Anexo I, quando for o caso, na hipótese de rescisão do presente, bem como o ajuizamento das respectivas execuções fiscais, não correndo qualquer prazo prescricional durante a vigência desta transação.

§3º. Cabe à DEVEDORA desistir de eventual impugnação, recursos administrativos e/ou ações judiciais que tenham por objeto os débitos relacionados no **ANEXO I**, caso existentes, de modo que deverá peticionar nos respectivos processos judiciais e administrativos no prazo de 90 (noventa) dias, contado da assinatura dessa transação, requerendo a extinção dos processos e, em se tratando de processo judicial, com resolução de mérito, nos termos da alínea "c" do inciso III do *caput* do art. 487 do Código de Processo Civil.

§4º. As desistências e as renúncias de que trata o §3º não eximem a DEVEDORA dos ônus sucumbenciais eventualmente devidos.

CLÁUSULA 5ª. A DEVEDORA declara que as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais prestadas à administração tributária são verdadeiras e que não omitiu informações quanto à propriedade de bens, direitos e valores, inclusive receitas obrigatórias, que são do conhecimento da sua atual gestão.

PLANO DE AMORTIZAÇÃO

CLÁUSULA 6ª. A DEVEDORA se obriga a amortizar os débitos relacionados no **ANEXO I**, cujo valor total perfaz o importe de **R\$ 125.301.646,86**, atualizado até dezembro de 2022.

§ 1º. Conforme autorizado pelo art. 8º da Portaria PGFN nº 6.757/2022, a presente transação envolve concessão de descontos e parcelamento para os débitos da DEVEDORA, em razão da capacidade de sua capacidade de pagamento da devedora, observando-se a regra constante no artigo 26, da Portaria.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

§2º. O prazo total para pagamento dos débitos será de 60 (sessenta) meses para os créditos previdenciários, sendo que o plano de amortização é composto por prestações mensais, com aproveitamento do desconto máximo permitido, baseado na capacidade de pagamento da DEVEDORA, conforme extração obtida nos Sistemas de Apoio à Transação da PGFN (DW PGFN), não implicando, a negociação, a redução do montante principal do crédito inscrito em dívida ativa da União.

§3º. Será pago o valor correspondente a **R\$ 17.491.075,24 (dezesete milhões, quatrocentos e noventa e um mil, setenta e cinco reais e vinte e quatro centavos)**, a título de entrada, serão divididos em 12 (dozes) prestações mensais e, o restante, em 48 (quarenta e oito) prestações mensais e sucessivas.

§4º. Os pagamentos previstos nos §2º e §3º representam o seguinte plano de amortizações:

Valor total dos débitos em 12/2022: R\$ 125.301.646,86		
Percentual máximo de desconto permitido: 70%		
Valor aproximado após os descontos: R\$ 40.952.713,15		
Parcela	Amortização da dívida (%)*	Valor aproximado das parcelas sem juros
1ª a 12ª (entrada)	42,71%	R\$ 1.457.589,60
13ª a 60ª (saldo devedor)	57,29%	R\$ 488.784,12

* percentual aproximado considerando os descontos já aplicados

§5º. O plano de pagamento acima é indicativo do percentual das parcelas a serem pagas. O valor exato das parcelas será obtido quando do cadastramento da conta no sistema de parcelamentos da PGFN - SISPAR, podendo sofrer atualização caso a consolidação ocorra em mês posterior ao da assinatura do presente termo.

CORREÇÃO DOS DÉBITOS E PAGAMENTO

CLÁUSULA 7ª. A amortização mensal e/ou amortizações anuais serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, ou por outro índice que vier a substituí-la, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

CLÁUSULA 8ª. Na hipótese de pagamento antecipado da amortização, os juros previstos na cláusula anterior apenas serão computados até a data do referido pagamento.

CLÁUSULA 9ª. Os valores serão quitados com o pagamento de documentos de arrecadação fiscal (DARF) obtidos no sistema REGULARIZE, em conta de parcelamento formalizada para esta transação.

PARÁGRAFO ÚNICO. A primeira parcela da entrada deverá ocorrer, impreterivelmente, até 29/12/2022, sendo que, na hipótese de não ser possível a criação da conta e disponibilização do acesso, nos termos do *caput*, poderá a DEVEDORA, excepcionalmente, proceder ao recolhimento de DARF avulso com o código de receita 5554, que lhe será encaminhado de modo a garantir que o pagamento se faça no prazo.

GARANTIAS

CLÁUSULA 10. Considerando a natureza jurídica dos bens da devedora, e da presunção de solvabilidade que lhe caracteriza, não se há de falar, para a conclusão do presente acordo, em oferecimento de garantias como condição ao deferimento das propostas.

PROCESSOS JUDICIAIS E/OU ADMINISTRATIVOS

CLÁUSULA 11. Nos 120 (cento e vinte) dias subsequentes à assinatura deste termo, deverá ele ser apresentado pela DEVEDORA em eventuais processos administrativos que, embora não correspondam aos créditos, a eles tenham se referido por ocasião de discussão no âmbito da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal – CCAF, NUP: 23117.010357/2019-11, para ciência acerca do presente acordo e eventual conclusão do processo referido.

CERTIDÃO DE REGULARIDADE FISCAL

CLÁUSULA 12. As inscrições incluídas na transação não constituirão impedimento à emissão de certidão positiva com efeitos de negativa em favor da DEVEDORA, desde que cumpridos os requisitos previstos nos artigos 205 e 206 do CTN e todos os compromissos, as condições e as obrigações acordadas nesta transação, sobretudo o pagamento regular das parcelas.

§1º. Nos casos previstos na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, na Portaria PGFN nº 486/2011 e/ou nas hipóteses de descumprimento ou



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

cumprimento irregular das cláusulas estipuladas na transação poderá ocorrer o cancelamento da certidão de regularidade fiscal.

§2º. No caso de rescisão da transação, o cancelamento da certidão poderá ser efetuado independentemente de publicação no DOU, devendo a unidade responsável encaminhar despacho de cancelamento, devidamente instruído, ao setor responsável.

HIPÓTESES DE RESCISÃO

CLÁUSULA 13. Implicará rescisão da transação, com a exigibilidade imediata da totalidade dos débitos confessados e imediata execução das garantias:

I – a falta de pagamento de **3 (três) parcelas, consecutivas ou não, bem como a falta de pagamento de 1 (uma) parcela, estando pagas todas as demais;**

II – a constatação, pela PGFN, de qualquer ato tendente ao esvaziamento patrimonial do sujeito passivo, incluindo-se a alienação de bens e direitos sem prévia comunicação à PGFN;

III – a extinção da pessoa jurídica por Lei ou Decreto expedido pela autoridade competente do Poder Executivo da União;

IV – a concessão de medida cautelar em desfavor da DEVEDORA, nos termos da Lei nº 8.397/92;

V – o descumprimento ou o cumprimento irregular de quaisquer das condições, das cláusulas, das obrigações ou dos compromissos assumidos na presente transação;

VI - a prática de qualquer ato ilícito que implique no comprometimento da dotação orçamentária inviabilizando os termos do acordo;

VII – a não homologação judicial, quando for o caso

VIII – a não regularização dos débitos inscritos na dívida ativa da União e do FGTS após a celebração do presente, no prazo de 90 dias da inscrição, bem como a rescisão dos parcelamentos especiais dos débitos que não foram incluídos nesta transação.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Para os fins do inciso VI, considera-se ato ilícito a utilização de qualquer método ou artifício que objetive mascarar a contabilidade da DEVEDORA, e que tenha ensejado a instauração de processo administrativo ou sindicância para apuração, sendo, para fins de rescisão, desnecessária a conclusão das investigações.

CLÁUSULA 14. A DEVEDORA será previamente notificada sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

§1º A DEVEDORA terá conhecimento das razões determinantes da rescisão e poderá regularizar o vício ou apresentar impugnação, ambos no prazo de 30 (trinta) dias, preservado em todos os seus termos a transação durante esse período.

§2º. A impugnação deverá ser apresentada exclusivamente pela plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e deverá trazer todos os elementos que infirmem as hipóteses de rescisão, sendo possível a juntada de documentos. Apresentada a impugnação, todas as comunicações posteriores serão realizadas por meio da plataforma REGULARIZE da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, cabendo ao interessado acompanhar a respectiva tramitação.

§3º. Enquanto não definitivamente julgada a impugnação à transação, os DEVEDORES deverão permanecer cumprindo todas as exigências do acordo.

§4º. Rescindida esta transação, é vedada a formalização de nova transação pelos DEVEDORES, em qualquer modalidade, ainda que relativa a débitos distintos, pelo prazo de 2 anos, contados da data da rescisão.

CLÁUSULA 15. A rescisão da transação implicará o afastamento de todos os benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores pagos, bem como autorizará a prática dos demais atos executórios do crédito, judiciais ou extrajudiciais.

CLÁUSULA 16. Cessarão os efeitos desta transação se, a qualquer tempo, houver descumprimento de suas cláusulas ou, ainda, se, nos termos do art. 190, parágrafo único, do Código de Processo Civil, o Poder Judiciário, em controle da validade do negócio, recusar-lhe aplicação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Na hipótese da presente transação ser declarada parcialmente nula, a parte não nula será preservada em todos os seus efeitos.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 17. A presente transação terá prazo de vigência total de **60 (sessenta) meses**.

CLÁUSULA 18. A transação produzirá efeitos mesmo enquanto pendente de homologação judicial, se for o caso, devendo a DEVEDORA promoverem as medidas necessárias à sua integral efetivação e cumprimento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

CLÁUSULA 19. Antes da sua assinatura, todos os termos e condições desta transação podem ser alterados unilateralmente pela União, de modo à sua adequação aos limites concedidos na lei ou regulamento em que se funda, não gerando ou representando direito adquirido ou expectativa de direito para a DEVEDORA.

CLÁUSULA 20. A transação, uma vez celebrada, está sujeita a ampla publicidade e transparência ativa, ressalvada a divulgação de informações protegidas por sigilo.

§1º. Ressalva-se da previsão do *caput*, a minuta, ou simples proposta de transação, assim como, as informações, os termos e condições que lhe fazem parte, enquanto não assinado, estando todos acobertados por **sigilo fiscal** sendo vedado a divulgação, no todo ou em parte, sujeitando-se o infrator às penalidades cabíveis.

§2º. Nos mesmos termos previstos no *caput*, é igualmente vedada a utilização dos termos e condições previstos na presente transação para demandar igualdade de condições ou proposta para outros devedores, pessoas físicas ou jurídicas, com débitos perante a União.

§3º. As previsões da presente transação igualmente importam em sigilo profissional e sua transgressão ensejam medidas disciplinares na respectiva entidade de classe.

§4º. Após a assinatura, as partes estabelecerão o conteúdo e disposições da presente transação que poderão ter a publicidade suprimida, em razão de possível prejuízo comercial, industrial, comercial, negocial ou concorrencial, sendo sempre proibida a divulgação das informações acobertadas pelo sigilo fiscal.

CLÁUSULA 21. Na hipótese de surgimento de novo programa de regularização de passivo fiscal mais benéfico, a DEVEDORA poderá fazer a adesão para os débitos incluídos nesta transação não podendo, em qualquer hipótese, pretender reaver os valores já alocados para as entradas ou parcelas previstas nesse acordo, os quais serão imputados nos débitos, proporcionalmente e nos termos da lei, nas inscrições negociadas.

§1º. Os DEVEDORES poderão transferir para o novo programa de regularização fiscal ou parcelamento apenas parte das dívidas indicadas no ANEXO I, hipótese em que as garantias da transação serão transferidas para o parcelamento até o limite das dívidas migradas. O valor das parcelas mensais previstas no §4º da CLÁUSULA 6ª será recalculado através da divisão do saldo remanescente na transação, devidamente atualizado, pelo número de parcelas restantes.

§2º. Na hipótese de serem publicadas pela União ou pela PGFN novas normas com previsão de situação mais benéfica ao devedor na transação individual que a estabelecida



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

nas normas em vigor, poderá ser firmado termo aditivo ao presente, mediante requerimento dos devedores, para revisão da presente transação e inclusão de tais benefícios.

CLÁUSULA 22. A DEVEDORA poderá, após o pagamento da entrada, utilizar precatórios federais, próprios ou de terceiros, para amortizar ou liquidar o saldo devedor transacionado, observadas as condições e requisitos estabelecidos na Portaria PGFN 6.757/2022.

CLÁUSULA 23. A DEVEDORA se obriga a apresentar sua situação econômico-financeira com demonstrações de resultados dos exercícios, por meio do balanço contábil apurado, anualmente ou sempre que a PGFN reputar oportuno.

CLÁUSULA 24. Visando atender aos princípios da eficiência e da cooperação entre as partes, a comunicação entre elas será efetivada pela troca de *e-mails* entre seus procuradores e representantes legais da DEVEDORA, com confirmação de recebimento, sendo que, caso ocorra a substituição dos procuradores/representantes de qualquer uma delas, cada uma tem o ônus de informar esse fato à outra parte, sob pena de se considerar válida eventual comunicação enviada a procurador anterior. As partes ressaltam, entretanto, que o simples recebimento do *e-mail* não importa aquiescência com o conteúdo por parte do destinatário.

CLÁUSULA 25. A celebração desta transação não dispensa o recolhimento das obrigações tributárias correntes devidas pela DEVEDORA, nem mesmo o cumprimento das obrigações acessórias.

CLÁUSULA 26. Esta transação não interfere de modo algum em quaisquer outras inscrições no CADIN, Cadastro de Inadimplentes com o FGTS ou qualquer outro cadastro restritivo que porventura tenha ou venha a ter por questões alheias ao acordo firmado, nos limites deste.

§1º. Os débitos do ANEXO I, enquanto permanecerem transacionados, terão sua inscrição suspensa no CADIN.

CLÁUSULA 27. A presente transação e a interpretação das suas cláusulas não podem implicar na renúncia às garantias e aos privilégios do crédito tributário.

CLÁUSULA 28. O presente termo, seu anexo e demais documentos utilizados para celebração da transação serão arquivados no processo SEI nº 10695.101795/2022-79, no qual também serão arquivados quaisquer requerimentos e documentos relativos a este instrumento.



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

CLÁUSULA 29. A presente transação começa a produzir efeitos na data de sua assinatura pelas partes, sob condição resolutiva do pagamento da primeira prestação e das demais obrigações com prazos de cumprimento estabelecidos no acordo.

Firmam as partes o presente termo juntamente com o ANEXO para que produzam os efeitos desejados.

Belo Horizonte, 16 de dezembro de 2022.



Ranulfo Alexandre Pingosvik de Melo Vale
Procurador-Regional da Fazenda Nacional da
PRFN6/MG



Italo Bastos Marani
Procurador-Chefe da Divisão da Dívida Ativa
da União PRFN6/MG



Cristiano Silvério Rabelo
Procurador-Chefe da Dívida Ativa PRFN6



Rodrigo Gomes de Assis
Procurador da Fazenda Nacional
Coordenador da Equipe de Negociações



Universidade Federal de Uberlândia
CNPJ 25.648.387/0001-18
Representada por seu Reitor
Dr. Valder Steffen Junior



Bianca Duarte Teixeira Lobato
Procuradora Federal



Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

Procuradoria Regional da Fazenda Nacional da 6ª Região

Divisão de Dívida Ativa – Equipe de Negociações

ANEXO I

DÉBITOS INCLUÍDOS NA TRANSAÇÃO INDIVIDUAL

Número de Inscrição	Valor Consolidado da Inscrição em 12/2022
60.4.22.179315-27	R\$ 16.974.672,41
60.4.22.179318-70	R\$ 25.600.163,67
60.4.22.179319-50	R\$ 188.754,91
60.4.22.179316-08	R\$ 283.572,23
60.4.22.179317-99	R\$ 1.007,65
60.4.22.179320-94	R\$ 51.915.583,79
60.4.22.179321-75	R\$ 764.352,80
SUBTOTAL I	R\$ 95.728.107,46
37.252.949-6	R\$ 634.318,44
37.252.951-8	R\$ 46.558,60
37.265.165-8	R\$ 36.629,93
37.265.166-6	R\$ 20.835.498,81
37.387.058-2	R\$ 761.431,68
37.387.059-0	R\$ 7.259.101,94
SUBTOTAL II	R\$ 29.573.539,40
TOTAL	R\$ 125.301.646,86